

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 04 - Nº 38 - JULHO 2019



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

INTERNACIONAL

ESTADO

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

JUDICIÁRIO

SOCIAL

ECONOMIA

FEDERALISMO

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

A edição de julho do *Boletim Mensal de Análise da Conjuntura* da Fundação Perseu Abramo traz atualizações sobre a política econômica ultraliberal do governo Bolsonaro e seus reflexos no desmonte do Estado brasileiro.

Em **Internacional**, analisam-se as mudanças na chefia dos governos da Grécia e Reino Unido e quatro temas que envolvem diretamente o Brasil: o acordo União Europeia e Mercosul, a Cúpula do Mercosul, a nomeação do filho de Bolsonaro para embaixador nos Estados Unidos e a reunião de ministros de Relações Exteriores do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics), no Rio de Janeiro. E também a crise política provocada pelo governo Bolsonaro no Paraguai ao impor um acordo prejudicial para o sistema elétrico daquele país em relação à Itaipu.

Na seção **Estado**, o tema é a mais recente panaceia apresentada pela equipe econômica do governo Bolsonaro que envolve um plano para abertura do mercado de gás natural no Brasil. O suposto choque de energia barata abre mais dúvidas do que certezas e soa como mais uma das falsas promessas de uma gestão marcada por tropeços políticos e técnicos e pela dificuldade de entregar na prática aquilo que promete nos discursos.

As propostas de emenda constitucional e medidas provisórias aprovadas no Congresso Nacional durante o primeiro semestre são abordadas em **Política e Opinião Pública**, com especial destaque para a votação em primeiro turno da reforma da Previdência. E também estão em foco os últimos resultados de pesquisas de avaliação do governo Bolsonaro.

Em **Social**, os últimos dados do mercado de trabalho, a proposta do governo federal para a educação superior com o programa Future-se e dados de um relatório que mostram que o Brasil está longe de cumprir os compromissos assumidos com a comunidade internacional até 2030 sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável.

O Estado de exceção que foi imposto à política brasileira e seu papel central nas reflexões a respeito da

conjuntura político-judicial e nas ações do campo democrático popular são abordados na seção **Judiciário**.

Os péssimos resultados econômicos de Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes que ameaçam levar a economia brasileira a um novo mergulho recessivo são analisados em **Economia**. A crise é tão grave e o fracasso do receituário tão patente que o impen-sável parece estar em curso: Paulo Guedes, o mais emblemático economista da “escola de Chicago” no Brasil, acena ao mercado – e à classe política – com medidas de estímulo à demanda. Nem assim, contudo, conseguirá salvar o seu primeiro ano no comando da economia.

Na parte **Territorial**, aspectos da política ambiental nos governos petistas, de Temer e de Bolsonaro são abordados no atual estágio de evolução do desmatamento na Amazônia Legal.

Em **Federalismo**, se mostra como o anúncio de novas medidas que afetam os municípios, como mudanças do Programa Mais Médicos, política pública fundamental para garantir o atendimento médico da população, que passará a se chamar “Médicos do Brasil”, e cortes no Censo 2020 podem trazer dificuldades para o planejamento das prefeituras.

Na análise da **Comunicação**, os temas são a exposição negativa de Bolsonaro e de Moro na imprensa internacional e a posição da imprensa tradicional brasileira em relação à indicação de Eduardo Bolsonaro para ocupar a embaixada brasileira nos Estados Unidos. Este assunto também é o centro da subseção redes sociais.

Por último, a escalada de ataques aos **Movimentos Sociais** continua, conjugada às restrições que atingem os direitos individuais. Ao que tudo indica, a perseguição aos movimentos sociais fica cada vez mais desenvolvida e desinibida. Com uma diferença sutil em relação aos direitos individuais, uma vez que se institucionaliza de maneira ampla com o respaldo de formulações jurídicas que lhe dão ares de legalidade e democracia.

INTERNACIONAL



Esta seção trata das mudanças na chefia dos governos da Grécia e Reino Unido e de quatro temas que envolvem diretamente o Brasil: o acordo União Europeia e Mercosul, a Cúpula do Mercosul, a nomeação do filho de Bolsonaro para embaixador nos Estados Unidos e a reunião de ministros de Relações Exteriores dos Brics no Rio de Janeiro. A crise política provocada pelo governo Bolsonaro no Paraguai ao impor um acordo prejudicial para o sistema elétrico daquele país em relação a Itaipu também é tema neste mês.

Direita vence Syriza nas eleições parlamentares da Grécia

O conservador Kyriákos Mitsotakis venceu as eleições parlamentares na Grécia do dia 7 de julho. Seu partido, o Nova Democracia, obteve 39,85% dos votos e a maioria absoluta no Parlamento – 158 cadeiras de trezentas – graças ao bônus de cinquenta assentos adicionais a que o partido mais votado tem direito. O partido do atual primeiro-ministro, Alexis Tsipras, o progressista Syriza, ficou em segundo lugar com 31,53% dos votos e 86 cadeiras. O Partido Comunista Grego (KKE) obteve 5,3% dos votos e quinze cadeiras, enquanto dois novos partidos, o Solução Grega (ECR) conquistou 3,7% dos votos (dez cadeiras) e a Frente Europeia de Desobediência Realista (MERA 25) liderado pelo ex-ministro das finanças, Yannis Varoufakis – que rompeu com o Syriza quando este decidiu permanecer na zona do Euro e negociar com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) em 2015 – elegeu oito deputados, incluindo Varoufakis, superando a cláusula de barreira dos 3% dos votos. A boa notícia é que a extrema direita representada pelo partido Aurora

Dourada não alcançou o mínimo de 3% para se fazer representar no parlamento.

Aléxis Tsipras liderava o governo desde 2015, quando elegeu-se prometendo mudanças sociais profundas no país que desde o começo da década passava por uma grave crise econômica. Entretanto, o Syriza cedeu às pressões da Troika, que impôs ajustes econômicos draconianos à Grécia em troca de ajuda financeira para renegociar a dívida. Ao longo destes quatro anos, o Syriza implementou algumas medidas sociais modestas, mas manteve as políticas de austeridade negociadas e até aprofundou algumas. Estas prosseguirão com o novo governo, só que agora sob controle dos “profissionais” do ajuste estrutural e parceiros dos empresários e banqueiros europeus.

O Reino Unido tem novo primeiro-ministro

Dois meses depois da renúncia de Theresa May,

o Reino Unido possui novo primeiro-ministro, o polêmico ex-prefeito de Londres, Boris Johnson. Ele foi escolhido como líder dos conservadores e substituirá Theresa May após uma série de disputas dentro do partido que terminaram entre Johnson e o ministro das Relações Exteriores, Jeremy Hunt, na qual o primeiro foi eleito com 66% dos votos.

A principal questão na política britânica segue sendo a mesma desde 2016: a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit. Ela já derrubou dois primeiro-ministros dos conservadores, partido que possui a maioria no Parlamento e, portanto, a prerrogativa de formar o governo. A ala agora vitoriosa com a eleição de Johnson como líder defende uma saída radical até mesmo sem acordo nenhum e ele já declarou que, ao chegar na data limite de 31 de outubro, o Reino Unido sairá do bloco europeu com ou sem acordo.

A Cúpula do Mercosul

No dia 17 de julho, a 54ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ocorreu em Santa Fé, na Argentina. Além de assumir o comando do bloco para os próximos seis meses, o governo brasileiro defendeu a possibilidade de realizar outros acordos no estilo do feito com a União Europeia.

Nada de importante foi decidido e, além de transmitir a Presidência pro tempore para o governo brasileiro, o encontro somente serviu para produzir mais situações constrangedoras do presidente brasileiro Jair Bolsonaro (PSL) em encontros internacionais. Talvez o momento mais embaraçoso durante a fala de Bolsonaro tenham sido as referências ao presidente do Chile (país associado ao Mercosul), o liberal Sebastián Piñera. Ele chegou atrasado para a cúpula, já quando o brasileiro estava discursando, mas Bolsonaro não deixou de anunciar “Bem-vindo Piñera!”.

Quando o chileno não respondeu, Bolsonaro continuou: “o problema é com o Peru, não com o Brasil na Copa América, quero deixar bem claro”. As relações entre os dois países citados são permeadas por tensões desde o século 19, quando aconteceu a Guerra do Pacífico que teve, como consequência, a anexação pelo Chile de territórios ricos em recursos

naturais da Bolívia e do Peru.

Bolsonaro indica Eduardo para embaixada

O presidente anunciou, no dia 11 de julho, que indicará seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), para o cargo de embaixador nos Estados Unidos. A embaixada em Washington está vaga desde abril, quando o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, exonerou o diplomata Sérgio Amaral e, ao que tudo indica, a demora para a nomeação de um novo embaixador foi devido à exigência de que este possuía idade mínima de 35 anos, que Eduardo completou na véspera do anúncio.

Segundo Eduardo, o que o torna apto para assumir a embaixada seria seu conhecimento das línguas inglesa e espanhola, bem como sua vivência nos Estados Unidos durante um intercâmbio, no qual “fritou hambúrguer” no Maine. Desde que seu pai assumiu a Presidência, ele faz parte das comitivas em viagens internacionais e, atualmente, preside a Comissão de Relações Exteriores na Câmara dos Deputados.

Conclui-se que a intenção de nomeá-lo não é de hoje. Entretanto, um embaixador necessita ter perfil negociador e conhecimento de questões como direitos humanos, fronteiras e acordos comerciais. Eduardo Bolsonaro já demonstrou diversas vezes que não entende nada disso e assim como seu pai e seus irmãos, tem um perfil muito mais grosseiro e intolerante do que negociador. Em suas viagens aos Estados Unidos sempre elogia o presidente americano, Donald Trump, e suas políticas, o que gera dúvidas quanto aos reais interesses que ele defenderia se for empossado.

A indicação dele ainda precisa ser publicada no Diário Oficial da União e, posteriormente, passar pela Comissão de Relações Exteriores e pelo plenário do Senado, onde o candidato será sabatinado. No entanto, já há sondagens junto ao governo dos Estados Unidos se ele será bem recebido e o líder do governo, Fernando Coelho, afirmou que há votos suficientes para aprová-lo. As declarações de Bolsonaro defendendo a liberação de exploração de minérios nas reservas indígenas visam agradar senadores da região Norte, além de empresários e o próprio governo estadunidense para favorecer a aprovação do “filho O3”.

Reunião dos Ministros de Relações Exteriores dos Brics

Ministros de Relações Exteriores do Brics reuniram-se no Rio de Janeiro, em 26 de julho. O governo brasileiro exerce a Presidência rotativa do bloco e o objetivo da reunião era preparar a Cúpula dos Brics, prevista para os dias 13 e 14 de novembro, no Brasil.

Para variar, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, causou constrangimentos ao levantar o tema da Venezuela e a defesa do apoio à oposição ao governo daquele país, embora este assunto não fizesse parte da agenda da reunião e nem da próxima cúpula. Entretanto, a provocação não ficou sem resposta, no caso do ministro de Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, que disse que a solução para os problemas políticos da Venezuela deve ser encontrada pelos próprios venezuelanos, sem ingerência de outros países e de acordo com as leis internacionais, além de ter apoiado as negociações entre o governo Maduro e a oposição intermediadas pelo governo norueguês.

Bolsonaro provoca crise política no Paraguai

O governo Bolsonaro pressionou o Paraguai a adotar uma nova forma de contratação da energia de Itaipu, o que, segundo análises técnicas, aumentaria entre 250 a 341 milhões de dólares a conta que esse país deveria pagar pelo seu consumo de eletri-

cidade no período 2019-22.

Como Eletrobras e Ande (a empresa elétrica paraguaia) não chegavam a um acordo sobre esse tema, o Brasil pediu que fosse resolvido entre as “altas partes contratantes”; ou seja, as chancelarias. Representantes dos dois chanceleres assinaram no final de maio uma ata que permaneceu sob sigilo. O motivo desse procedimento foi que a direção da Ande se recusou a assiná-la.

Segundo foi relatado, como forma de pressão a Eletrobras parou de pagar a Itaipu. Semana passada a ata veio a público porque o presidente da empresa paraguaia renunciou a seu cargo, dando a conhecer o motivo.

Quando a opinião pública paraguaia ficou sabendo de todo o procedimento adotado pelo governo Bolsonaro – que desconhece dois acordos, de 2001 e 2007 – e que o resultado é prejudicial para o sistema elétrico paraguaio, desatou-se uma tormenta política que ameaçou provocar o impeachment do presidente.

Na segunda feira 29 de julho, os quatro altos funcionários que negociaram a ata renunciaram a seus cargos, incluídos o chanceler e o embaixador paraguaio em Brasília. E foi anunciado que o Paraguai pediu nova reunião das altas partes para anular a negociação de maio.



A mais recente panaceia apresentada pela equipe econômica do governo Bolsonaro envolve um plano para abertura do mercado de gás natural no Brasil. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, o chamado Novo Mercado de Gás pode contribuir para uma redução de 40% no preço da energia no país em cerca de dois anos. O suposto choque de energia barata, entretanto, abre mais dúvidas do que certezas e soa como mais uma das falsas promessas de uma gestão marcada por tropeços políticos e técnicos e pela dificuldade de entregar na prática aquilo que promete nos discursos.

A privatização do mercado de gás brasileiro

O gás natural é um ativo importante na transição da matriz energética por ser uma fonte mais limpa do que seus substitutos não-renováveis, além disso o Gás Natural Liquefeito (GNL) é a fonte de energia que mais cresce no mundo, a uma taxa de cerca de 7% ao ano, é cada vez maior a instalação de plantas de liquefação e de unidades de regaseificação. Entre os principais países ofertantes há uma integração cada vez maior entre produção, logística e consumo, e entre os principais países demandantes há a consolidação de uma infraestrutura cada vez mais robusta.

No Brasil, com o pré-sal, as estimativas apontam para a possibilidade de se duplicar o volume de reservas de gás natural e de se triplicar a oferta interna nos próximos anos. Além das bacias marítimas, há também promissoras bacias terrestres na região nordeste, Bacia de Tucano Sul na Bahia, e na região sudeste, Bacia Sedimentar do Paraná. A boa utilização desses recursos depende do enfrentamento de alguns desafios, tais como: os maiores custos de escoamento do gás associado do pré-sal, dada a maior distância da costa e a maior profundidade

das reservas; a necessidade de construção de novas rotas de gasodutos, dada a necessidade de internalização territorial da distribuição no mercado interno; a construção de novos terminais de recebimento e de regaseificação, bem como a integração entre o gás, o sistema elétrico e o parque industrial nacional.

Na contramão do enfrentamento dessas questões, nos últimos dois anos se tem promovido a desintegração do sistema de gasodutos do país por meio da privatização de empresas como a NTS, a NTN, a TBG e a TAG, responsáveis por parte significativa da malha dutoviária brasileira. O argumento que orienta tal política é, uma vez mais, a quebra do monopólio da Petrobras e a crença cega na concorrência como premissa para um setor que é internacionalmente oligopolizado. No entanto, a petrolífera brasileira, como empresa pública e integrada, foi a grande responsável pelos investimentos nos ativos que criaram as oportunidades que hoje estão sendo disputadas pelos players privados e internacionais do setor. Como se sabe, é fácil demandar os retornos da concorrência depois que o mercado já foi criado, difícil é assumir os riscos empresariais

quando o mercado ainda precisa ser criado. Como, no Brasil, essa tarefa quase nunca foi assumida pela iniciativa privada sem o apoio do investimento público, muitas questões em aberto pairam sobre a nova proposta do governo.

A indústria de gás funciona em rede por definição, sua expansão só pode ocorrer integrando produção, logística e consumo. A abertura do mercado vai exigir aumento de investimentos em todos os segmentos, quem vai garantir esse investimento em um ambiente de desmonte, por exemplo, da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)?

A propósito, a redução do papel da Petrobras e a entrada de múltiplos operadores vai exigir um substituto na regulação e vai retirar vantagens da empresa integrada ao mesmo tempo em que aumentará os custos sistêmicos, como isso vai impactar na qualidade e na tarifa para os consumidores?

Mais ainda, a rede de gasodutos no Brasil tem cerca de nove mil quilômetros, é bastante concentrada na costa e tem pouca densidade distributiva. Para que se possa ter um parâmetro de comparação, a

rede dutoviária da Argentina tem cerca de dezesseis mil quilômetros, a da Europa duzentos mil quilômetros e a dos Estados Unidos 497 mil quilômetros. Como será feita a ampliação e a internalização dessa rede? Considerando que os dutos troncais foram investimento da Petrobras, a empresa será ressarcida ou será onerada de pagamento de aluguel para utilizar os ativos que um dia foram de sua propriedade?

Além disso, no Brasil, os dutos de transferência são responsabilidade das distribuidoras estaduais por determinação constitucional. Como será tratada a possível inconstitucionalidade decorrente dessa abertura? É sabido que há problemas fiscais crescentes entre estados e União envolvendo a repartição da carga tributária quando o sistema se desintegra, como lidar com a instabilidade oriunda das batalhas judiciais que essa situação criará?

Se essas perguntas não forem debatidas com transparência e respondidas com clareza a nova política de gás figurará no leque das falsas promessas do governo, e quem pode entrar pelo cano não é o gás, mas o próprio país.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção trata das PECs e MPs aprovadas no Congresso Nacional durante o primeiro semestre, com especial destaque para a votação em primeiro turno da reforma da Previdência. Traz também os últimos resultados de pesquisas de opinião pública sobre avaliação do governo Bolsonaro e demais temas pesquisados.

Governo é fraco na articulação política

Projetos aprovados

Durante o primeiro semestre o governo encaminhou 34 propostas ao Congresso, sendo dezoito medidas provisórias (MPs), quinze projetos de lei e uma proposta de emenda à constituição (PEC). Com a dificuldade de articulação política do governo, até o final do primeiro semestre legislativo apenas quatro propostas de Bolsonaro foram aprovadas: um projeto de lei e três MPs, a MP 870, MP 871 e MP 872 (duas delas com alterações).

O único Projeto de Lei de Bolsonaro aprovado pelo Congresso no período é o que autoriza o governo a gastar 248,9 bilhões de reais além do que constava na Lei Orçamentária de 2019, para cumprir a chamada “regra de ouro”, e conseguir realizar programas do seu governo até o final do ano, o que não seria possível sem esse valor suplementar.

Entre as Medidas Provisórias aprovadas está a MP 870 editada no primeiro dia de gestão, reduzindo o número de ministérios de 29 para 22, além de

mudar atribuições de órgãos do governo. O ponto mais polêmico dessa medida foi a tentativa de retirada do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para passá-lo ao Ministério da Justiça e a retirada da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça, deixando sob responsabilidade do Ministério da Agricultura. O Congresso alterou a medida, mantendo os órgãos nos ministérios de origem, e a MP foi convertida em lei no início de junho.

A MP 871 também foi aprovada pelo Congresso com alterações. A medida cria um programa de revisão de benefícios e combate a fraudes no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Também chamada de pentefino, a MP prevê uma série de mudanças que impactarão a vida dos segurados do INSS, como a convocação de aposentados por invalidez com mais de 55 anos para as perícias médicas de revisão do benefício; o limite de prazo de até 180 dias da ocorrência do parto ou da adoção para requerer o direito ao salário-maternidade; a

supressão de prova testemunhal como forma de comprovação para a união estável ou dependência econômica para a requisição de pensão por morte; e o cumprimento de carência mínima de 24 contribuições mensais, para a concessão do benefício de auxílio-reclusão a ser concedido aos dependentes do segurado de baixa renda presos em regime fechado.

A outra medida convertida em lei, a MP 872/2019, estende até dezembro de 2020 o prazo de pagamento de gratificações destinadas a servidores requisitados pela Advocacia-Geral da União (AGU), perdeu a validade

A principal proposta de Bolsonaro tramitada na Câmara no semestre foi a PEC da reforma da Previdência. O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em abril, na Comissão Especial no início de julho e no plenário da Câmara, em primeiro turno pouco antes do início do recesso parlamentar. A PEC é vista como essencial para o governo, e sua tramitação tem sido bastante difícil e exigido muitas concessões e liberação de emendas parlamentares, para, ainda assim, ter diversos pontos desidratados.

Tramitação da reforma da Previdência

O texto base da reforma da Previdência (PEC 06/19) foi aprovado em primeiro turno por 379 votos favoráveis e 131 contrários, no dia 10 de julho. O resultado da votação superou com larga vantagem os 308 votos exigidos para aprovação.

Embora essa seja a principal vitória do governo Jair Bolsonaro até o momento, o resultado pode ser atribuído principalmente à articulação de Rodrigo Maia e demonstra o poder dele sobre a Câmara. Maia participou de dezenas de encontros, garantindo concessões e liberação de emendas feitas pelos partidos e acatadas pelo governo. Nas negociações, foi liberado 1,135 bilhão de reais em emendas parlamentares, sobretudo na área de saúde, em troca da aprovação.

Os partidos de oposição como PT, PSB, PCdoB e Psol fecharam questão para votar contra o projeto e, durante toda a sessão, denunciaram a troca de emendas por votos. Mesmo assim, a reforma passou em primeiro turno, atropelando prazos, sem

discussão dos destaques, indeferimento de pedidos, recusa de todos os requerimentos e ignorando vários estudos feitos pela oposição. para não atrasar a votação.

No cômputo geral, a distribuição dos votos por partido foi a seguinte: dezenove partidos deram orientação a favor da reforma, seis foram contrários e um partido liberou a bancada. Votaram a favor da reforma o PL, PP, SD, PTB, PSL, PSD, PRB, DEM, MDB, PSDB, Pros, PSC, Pode, Novo, Avante, PHS, Patriota e PMN. Além do PT, também votaram contra o texto principal da reforma deputados do PCdoB, PSB, PDT, Psol e Rede, e o PV liberou a bancada.

O PSB teve a menor fidelidade: o partido orientou voto contra e, dos 32 deputados, onze deram apoio à PEC, 34% da bancada. Entre os parlamentares do PDT, dos 27 deputados do partido, oito contrariaram a orientação do partido e votaram a favor da reforma.

O texto final passou com flexibilizações em pontos importantes do que havia sido proposto pelo governo, seja por pressão dos deputados da esquerda, seja de grupos específicos (policiais, professores etc.). Foram alteradas as regras de cálculo dos benefícios para trabalhadoras com contribuição mínima de quize anos, houve redução da idade para policiais e agentes penitenciários e flexibilização de regras para professores na ativa. Também foi incluído pelo relator um dispositivo que aumentou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos.

Entre as novas regras para aposentadorias, consta no texto o fim da aposentadoria por tempo de contribuição, aumento da idade mínima, ficando em 65 anos para homens e 62 para mulheres, aumento do tempo para se aposentar, chegando a quarenta anos de contribuição para um benefício igual a 100% da média, cálculo do benefício em relação à média de todos os salários, redução do valor do pagamento das pensões para viúvos ou herdeiros e criação de novas regras de transição para quem está na ativa e próximo a se aposentar.

Ficaram fora da proposta alterações nas regras para aposentadoria rural, redução do benefício de prestação continuada (BPC) e a possibilidade de ser instituída por lei complementar o regime de capitalização. Também ficaram fora os Estados e Muni-

cípios, cuja inclusão deve ser retomada no Senado e, se aprovada, voltará à Câmara como Proposta de Emenda à Constituição (PEC) exclusiva.

A votação do segundo turno da reforma da Previdência ficou para a volta do recesso parlamentar e terá início dia 6 de agosto. Governo e parlamentares precisarão trabalhar para manter a votação no segundo turno, quando a PEC precisará novamente do voto favorável de ao menos 308 deputados.

A seguir, a PEC será enviada ao Senado, onde terá até trinta dias para análise da constitucionalidade da proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, seguida de discussão para votação, também em dois turnos, onde precisa de 49 votos favoráveis. A previsão é que a PEC da reforma da Previdência seja analisada até outubro. O senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) é um dos cotados para ser o relator. Se os senadores mexerem no projeto, ele voltará para a Câmara.

No retorno do recesso é papel da oposição continuar lutando para minimizar os prejuízos da reforma para os trabalhadores, esclarecendo a população de que a reforma da Previdência representa um grande retrocesso para a sociedade porque não enfrenta os privilégios, não corrige as grandes distorções e protege os verdadeiros responsáveis pelo desequilíbrio fiscal do país. Defendendo um Estado soberano, democrático e inclusivo e denunciando a compra de votos, por meio da liberação de bilhões de reais de dinheiro público em troca de emendas de deputados, aos moldes da velha política, tão criticados pelo governo.

Pesquisa Datafolha

Em julho, o Instituto Datafolha divulgou uma série de dados de opinião pública sobre a política nacional e temas conjunturais. A pesquisa foi realizada entre 4 e 5 do mês, mas os dados foram divulgados paulatinamente. Serão destacados os resultados de avaliação e percepção relacionados ao governo, as expectativas em relação à Presidência de Jair Bolsonaro e à economia, entre outros temas.

Segundo o Instituto, o governo Bolsonaro tem avaliação positiva de 33% e negativa também de 33%, enquanto 31% avaliam que Bolsonaro faz um governo regular. Os segmentos que avaliam melhor o

governo são os homens (38% de avaliação positiva), os entrevistados que têm renda familiar mensal de mais de dez salários mínimos (52% de avaliação positiva), os evangélicos (41%), os brancos (42%) e os sulistas (42%). O pior desempenho do governo se dá entre os que possuem renda familiar mensal menor do que dois salários mínimos (38% de avaliação negativa), desempregados (40%) e assalariados sem registro em carteira (44%), estudantes (50%), pretos (43%), candomelecionistas/religião matriz afro-brasileira (47%), sem religião (45%) e nordestinos (41%). Mesmo entre os entrevistados que declararam voto no atual presidente, há 9% de avaliação negativa, 29% regular e 60% positiva.

Jair Bolsonaro é o presidente eleito em primeiro mandato com menor aprovação e maior rejeição nos primeiros seis meses. Mesmo Fernando Collor, que confiscou a poupança dos brasileiros logo no início de seu mandato, possuía avaliação positiva de 34% e negativa de 20%. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (40% positiva e 17% negativa), Luiz Inácio Lula da Silva (42% positiva e 11% negativa) e a ex-presidenta Dilma Rousseff (49% positiva e 10% negativa) estavam com popularidade maior no sexto mês de seus primeiros mandatos.

O instituto questionou sobre o desempenho do governo nos seus primeiros seis meses. Para 61% dos entrevistados, o governo Bolsonaro fez pelo país menos do que o esperado. Entre os desempregados e estudantes, este número sobe para 71% e 70%, respectivamente, e a incidência também é maior que a média entre os pretos (68%) e indígenas (70%). Entre os que votaram em Bolsonaro, a maioria (41%) acredita que o presidente fez menos que o esperado, enquanto 35% afirmam que foi feito o que esperavam, e 21% mais que esperavam.

De acordo com a pesquisa, 58% dos brasileiros não sabem ou não conseguem apontar uma medida positiva do governo Bolsonaro. O número dos que afirmam que o governo não fez nada de positivo é de 39%, e é maior entre as mulheres (45%) e os entrevistados da região Nordeste (46%). O Datafolha coletou respostas espontâneas sobre quais as medidas consideradas negativas, sendo as com maior menção o decreto das armas (21%), a reforma da Previdência (12%) e os cortes de bolsas e de

verbas nas universidades (3%). Nas perguntas com resposta espontânea, o entrevistador não apresenta uma lista de respostas, ou no caso, de medidas.

Do total, 51% acreditam que Bolsonaro fará um governo ótimo ou bom: houve queda de oito pontos percentuais em relação ao mensurado em abril deste ano. Há uma tendência generalizada de inflexão das expectativas políticas e econômicas em relação ao que a população pensava no final do ano passado. Em dezembro, 27% acreditavam que a inflação iria aumentar, número que aumentou para 45%. A expectativa de aumento do desemprego também subiu de 29% para 45% em seis meses, crescimento visto também em relação ao poder de compra (a expectativa de diminuição foi de 18% para 31%), ao crescimento da corrupção (19% para 43%). Houve queda substancial dos que acham que a situação econômica do Brasil irá melhorar, de 65% para 46%.

De acordo com o instituto, 63% têm conhecimento da Vaza Jato. Consideram inadequada a conduta de Moro revelada nas conversas 58% do total, mesmo número que acha que as decisões do ex-juiz deveriam ser revistas. Não houve alteração, no entanto, do número dos que consideram a prisão de Lula justa ou injusta (54% e 42%, respectivamente). A avaliação da Operação Lava Jato também não sofreu alterações significativas (55% positiva, 24% re-

gular e 18% negativa).

A pesquisa também traz os dados de preferência partidária. O Partido dos Trabalhadores segue como o com maior preferência entre os brasileiros, com 17%, seguido do PSL (4%), do MDB (2%) e do PSDB (2%). O Partido Novo, o PDT, o Psol e o PSB foram mencionados por 1% cada. Entre os indígenas, a preferência pelo PT é de 40%, e o número também é alto entre os que se declaram de cor preta (25%). No Nordeste, o PT é preferido por 23% dos entrevistados e entrevistadas. Do total, 62% dizem não ter preferência por nenhum partido.

O Datafolha também mediu a percepção dos brasileiros e brasileiras sobre o uso de agrotóxicos no país. A liberação de produtos proibidos em inúmeros países tem sido uma política do governo Bolsonaro para o agronegócio. Dos entrevistados, 72% afirmam que os alimentos consumidos em casa e produzidos no Brasil têm mais agrotóxicos do que deveriam, e 78% declaram que o consumo de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos é inseguro para a saúde humana. Os números demonstram um descompasso entre a política adotada pelo governo, em especial pelo Ministério da Agricultura, e a opinião pública.

JUDICIÁRIO



O Estado de exceção que foi imposto à política brasileira precisa estar no centro das reflexões a respeito da conjuntura político-judicial e das ações do campo democrático popular. A seção trata neste mês da consagração de Bolsonaro na atual etapa do autoritarismo brasileiro e do xeque em que se encontra Sergio Moro.

Bolsonaro é bom para o mercado. Sergio Moro talvez não mais

O jurista Rafael Valim, na obra *Estado de Exceção: a Forma Jurídica do Neoliberalismo*, aponta os três elementos principais da configuração dessa lógica estrutural de autoritarismo: “o inimigo, o soberano e a superação da normatividade”. O autor ainda aponta que, no contexto brasileiro, o inimigo é o “corrupto”, o soberano é o mercado e a superação da normatividade se dá em um sistema de suplantação da ordem jurídica que vem desde a operação Lava Jato e foi até o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma. Adiciona-se a isso a prisão arbitrária de Lula e a total leniência do Judiciário ante as fraudes eleitorais da chapa eleita para Presidência em 2018.

Essa introdução serve bastante para a compreensão da etapa em que o autoritarismo brasileiro se insere. Isso porque Bolsonaro se consagrou na evolução desse processo. Agora, o Estado de exceção está formalmente aplicado no Brasil por força da legitimidade eleitoral dada ao atual presidente. A perseguição ao inimigo, a imposição do soberano e a superação da normatividade se configuram en-

quanto políticas de governo.

Enquanto soberano, o mercado opera as suas agendas de desmonte do Estado de Bem-Estar Social proposto pela Constituição de 1988, situação automaticamente aplicada pelos parlamentares eleitos a serviço da agenda de exceção brasileira. Nesse sentido, é imperioso entender que Bolsonaro está a serviço dessa agenda, e por essa razão, é absolutamente funcional ao soberano. Bolsonaro ampliou o conceito de corrupto para toda a esquerda contra qualquer pauta de defesa de direitos humanos, mas é necessário repetir: isso funciona para o mercado.

Por isso, não há possibilidade de contarmos, para a superação da profunda crise que vive o Brasil, com o enfraquecimento das relações internas do governo ou com as forças que sustentaram a sua eleição. Essas relações, em virtude do comportamento incendiário do presidente, serão sempre complexas, e o soberano compreende isso como ninguém. Por isso, neste momento histórico, as instituições possuem

uma tendência de agir em defesa dessa nova ordem de exceção cuja vigência institucional é um fato.

Essa foi a razão principal, neste mês, da decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, sobre as investigações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), e da operação da Polícia Federal para a prisão dos supostos hackers que seriam responsáveis por invadir os celulares de autoridades e jornalistas.

O Coaf ganhou muito espaço no contexto da operação Lava Jato e o projeto ideal de Sergio Moro tem o Conselho em sua centralidade. Isso porque o órgão é originalmente uma “unidade de inteligência financeira”, capaz de proteger o sistema financeiro como um todo, e por essa razão preparado para encontrar operações financeiras suspeitas, notadamente de grandes volumes em ações de lavagem de dinheiro. Essas operações suspeitas são reportadas nos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF's). Moro quer o acesso amplo a todos os RIF's e por isso queria o Coaf sob seu controle. Naquilo que muitos entenderam como uma restrição à agenda do superministro, o Congresso decidiu tirar o Coaf da competência do Ministério da Justiça e devolver o controle do órgão ao Ministério da Economia.

Para completar a trama, o ministro Dias Toffoli determinou que os RIF's só podem ser encaminhados para a Polícia Federal e para o Ministério Público no caso de determinação judicial que afaste o sigilo bancário do investigado. O caso ganhou grande repercussão e uma enorme confusão pública porque beneficiou automaticamente o senador Flávio Bolsonaro no famoso caso Queiroz.

De pronto, a reação de boa parte da opinião pública foi no sentido de que o presidente do Supremo tentou fazer um agrado ao presidente da República. Afora o fato de que isso já é muito comum ao histórico do Supremo, a reflexão sobre esse assunto precisa se ligar às premissas colocadas no início desta seção. O Coaf foi responsável recentemente pela descoberta de esquemas que tratavam de instituições financeiras e até mesmo da Rede Globo. Moro tentou colocar o órgão a serviço da perseguição aos seus inimigos, mas o órgão na verdade seguiu descobrindo ações suspeitas de seus amigos.

Não bastasse esse simples fato, o principal ponto

dessa história é que o Coaf precisa estar sob o controle do soberano no Estado de exceção, o mercado. E por essa razão ele foi mantido no Ministério da Economia, e é essa a razão principal da decisão de Toffoli, a de proteger o sigilo bancário, direito sagrado para o soberano.

Já a prisão dos hackers se envolve nas práticas já conhecidas do ex-juiz Moro. Vazamento de informações sobre a investigação, uma série de ilações sem provas, cobertura midiática e, portanto, julgamento público sumário e imediato sem o devido processo legal. Nenhuma novidade na praxe da superação da normatividade. E uma enorme confusão pública em que se torna impossível saber o que é verdade e o que é mentira nessa história.

A novidade desse caso é um ministro de Estado mobilizando toda uma estrutura de investigação em favor do seu interesse pessoal em tentar estancar o estrago provocado diariamente pelos vazamentos de mensagens do escândalo da Vaza Jato. Vários jornais repercutiram o caso com a declaração, *in off*, de ministros do Supremo, preocupados com o comportamento de Moro.

Os dois casos, tanto do Coaf quanto da prisão dos hackers têm, no entanto, uma característica muito comum: ações do ministro consideradas exageradas até por aqueles que defendem o Estado de exceção brasileiro. Isso porque essa complexa estrutura que rachou a ordem jurídica e social, nessa etapa de aprofundamento, está por criar o seu próprio sistema de freios e contrapesos. E naturalmente, o STF é o primeiro candidato a cumprir esse papel.

Mas é preciso que se diga: o STF se dispõe a regular o *check and balance* do Estado de exceção, e não da Constituição Federal. Mesmo porque se a Corte estivesse disposta a assegurar a soberania do povo via Carta Magna, ela teria barrado o impeachment, libertado Lula e garantido a regularidade da eleição de 2018. Ao não ter tomado nenhuma dessas atitudes, a Corte se mostrou disposta a atender prontamente o soberano mercado. Assim, ela se configura como a garantidora de limite a qualquer tempo dos destemperos do superministro da Justiça.

O Brasil vive uma franca deterioração da Constituição Federal de 1988, hoje francamente ameaçada. Sob o ponto de vista econômico e social pelas re-

formas propostas no Congresso Nacional, e sob o ponto de vista político e dos direitos humanos, pelos enormes retrocessos propostos pelo governo. Nesse momento, vivemos um cenário de uma lei maior, tácita, determinada pelo soberano mercado sem que o povo sequer saiba qual é.

O cenário é desalentador, mas ele precisa, antes de mais nada, ser compreendido em todos os seus detalhes para que o campo democrático popular não se coloque à disposição da desinformação e da confusão no debate público. As denúncias precisam ser francas e objetivas e fundamentalmente direcionadas ao enfraquecimento daquilo que é estratégico para o consórcio de poder que hoje toma conta do país: querem destruir a Constituição e a ordem social e democrática pactuada pela sociedade em 1988. Resta saber se conseguirão.

Essa reflexão aponta para o fato de que Bolsonaro é funcional ao mercado, mas talvez Sergio Moro não seja mais. A cada dia, o herói do combate ao inimigo corrupção torna-se ainda mais disfuncional para o projeto principal do governo. Claramente, há um conflito escondido nesse processo. No entanto, Moro foi extremamente importante para a consolidação da figura do “inimigo da pátria”. Não há dúvidas que neste momento tal contradição seja o ponto fraco do governo. Ela precisa ser explorada à luz de uma estratégia evidente e de uma real compreensão da realidade brasileira, sem emoções ou ansiedades imediatistas. Eles traçaram um projeto consistente que está funcionando. Nós, o povo, precisamos fazer o mesmo.



Nesta seção, analisamos os últimos dados do mercado de trabalho, a proposta do governo federal para a educação superior com o programa Future-se e dados de relatório que mostram que o Brasil está longe de cumprir os compromissos assumidos com a comunidade internacional até 2030 sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Bolsonaro destrói empregos e desenvolvimento sustentável

Mercado de trabalho: quadro muito grave

O governo alardeou que o Brasil gerou 48.436 empregos formais em junho, o melhor resultado registrado para o mês desde 2013, de acordo com dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged). No consolidado do semestre, os números de junho são os melhores desde 2014.

No entanto, em termos de estoque de emprego formal – da quantidade de postos existentes no país – o Brasil ainda está longe dos níveis pré-crise: em junho de 2014 o país contava com 40,9 milhões de empregos formais, o pico da série desde 2002, caindo a 40,4 milhões em junho de 2015, 38,6 milhões em junho de 2016, 37,9 em junho de 2017 e com ligeira recuperação em junho de 2018 e 2019 (respectivamente, com 38,2 milhões e 38,8 milhões). Comparativamente, o estoque de emprego em junho de 2019 está abaixo dos valores de junho de 2012, quando foi de 38,9 milhões.

Além disso, como tem mostrado os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), contabilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país tem quebrado recordes históricos com os altos números de desa-

lentados e subutilizados no país. A população também sente no seu dia a dia que a vida não está fácil.

Future-se: reforma na educação sem discussão

O Ministério da Educação divulgou neste mês de julho um projeto para reformar com profundidade a educação superior federal brasileira, alcunhado “Future-se”, com a proposta de ampliar a base orçamentária das universidades e institutos federais. O programa está estruturado em três eixos (gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização).

Em primeiro lugar, vale dizer que o projeto não foi discutido com os reitores (apesar de citar muitos projetos já em curso nas universidades como modelo) nem com a comunidade acadêmica, sendo colocado para “consulta pública” por cerca de duas semanas e no período de férias escolares. Vale ainda dizer que a consulta pública praticamente só pergunta aos participantes se os itens estão claros ou não, não pergunta sobre o conteúdo das propostas. Portanto, o pouco diálogo com a comunidade universitária e o pouco espaço para opinar sobre o futuro da universidade já mostram um caráter

autoritário do projeto.

Em segundo lugar, as propostas do programa não estão claramente definidas, muitas estão pendentes de futura regulamentação. O que está definido é que Organizações Sociais (OSs) deverão, para as instituições que aderirem voluntariamente ao programa, influir na gestão e nas políticas acadêmicas das instituições, o que tem sido interpretado como uma grave ingerência à autonomia universitária: de acordo com a minuta de Projeto de Lei referente ao programa que foi divulgado pelo governo, às OSs compete “apoiar a execução de planos de ensino, extensão e pesquisa das Instituições Federais de Ensino Superior” e, vagamente, “exercer outras atividades inerentes às suas finalidades”.

Em terceiro lugar, do que já se percebeu, o “Futuro-se” tenta impor uma lógica de “gestão” supostamente neutra à universidade, mas que se caracteriza por entregar enorme poder às OSs que as gerirão, em claro processo de redução da autonomia da comunidade universitária, reduzindo o poder de um setor que tem feito grande oposição ao governo, como mostram as greves organizadas pela educação contra os cortes na área. Além disso, o programa propõe ampliar fontes de financiamento das instituições por meio da gestão dos imóveis das instituições (entende-se venda ou aluguel destes), cessão de “naming rights” de prédios e campi e a captação de recursos com as leis de incentivos fiscais, além de um Fundo Soberano do Conhecimento, um fundo multimercado com aportes do governo federal e de investidores privados.

Em quarto lugar, o programa não dá nenhuma resposta à crise que atinge as Instituições Federais de Educação Superior no curto prazo: diversas instituições já anunciaram que devem paralisar ou reduzir atividades no segundo semestre de 2019 por falta de verbas.

Fora do escopo do programa, é importante apontar que reitores de Universidades Federais e Institutos Federais perderam prerrogativa de nomear pró-reitores, de acordo com o Decreto 9.794/2019 e a Portaria 1.373/2019. A portaria citada - lançada em 18 de julho deste ano - reforça especificamente que reitores de universidades e institutos federais podem nomear pessoas para cargos de comissão

e para exercer funções gratificadas e de confiança, exceto aqueles citados no referido trecho do Decreto 9.794/2019, ou seja, por exemplo, pró-reitores. Procurado, o Ministério da Educação afirmou que escolher pró-reitores continua sendo prerrogativa dos pró-reitores, mas a nova legislação é bem clara em suas definições.

Longe dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O “Relatório Luz da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável (Síntese II)” escrito por especialistas de 38 organizações analisa 121 (das 169) metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com as quais o Brasil se comprometeu até 2030, e aponta que o caminho trilhado nos últimos três anos pelo Brasil é incoerente com a Agenda 2030.

Se até 2014, segundo o relatório, o Brasil foi exitoso e atingiu antecipadamente o Objetivo do Desenvolvimento do Milênio de reduzir a fome e a pobreza, tal rota foi interrompida com a mudança das forças políticas que governam o país. O documento destaca a baixa adesão dos poderes Executivo e Legislativo aos ODS e ressalta que a flexibilização das leis trabalhistas e a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 são símbolos irrefutáveis do descompromisso político atual. E o relatório continua, sinalizando que “a atual proposta de reforma da Previdência baseia-se na falsa hipótese de que o modelo previdenciário vigente é responsável pelo déficit público e compromete o futuro de quem contribui”.

O documento traz alguns dados bastante alarmantes e mostra como o país está longe - ou até mesmo regrediu - do cumprimento das metas dos ODS. Por exemplo, no saneamento básico, o relatório aponta que somente cerca de metade do esgoto brasileiro é coletado e em torno de 30% do esgoto total é tratado. Apesar disso, há um investimento cada vez menor no setor. Também aponta que, em 2017, em relação à extrema pobreza o país volta aos números de 2005 e, em relação à pobreza, aos de 2009: houve uma perda bem mais rápida do que o tempo levado para avançar.

ECONOMIA



Depois de passar seis meses apostando em reformas liberalizantes, no desmonte do Estado e no poder restaurador da banda da oferta, Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes colhem péssimos resultados econômicos, ameaçando levar a economia brasileira a um novo mergulho recessivo. A crise é tão grave e o fracasso de seu receituário tão patente que o impensável parece estar em curso: Paulo Guedes, o mais emblemático economista da “escola de Chicago” no Brasil, acena ao mercado – e à classe política – com medidas de estímulo à demanda. Nem assim, contudo, conseguirá salvar o seu primeiro ano no comando da economia.

Bolsonaro e seu ministro Guedes colhem péssimos resultados econômicos

Nível de atividade

Embora os dois principais indicadores antecedentes do PIB tenham apontado reversão nas trajetórias de quedas observadas nos últimos meses e tenham registrado números ligeiramente positivos na passagem de abril para maio (o IBC-Br e o Monitor do PIB da FGV aumentaram 0,5%), considerando os últimos resultados das pesquisas setoriais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a economia brasileira permanece estagnada e a aposta em uma “recuperação cíclica” segue sendo postergada, quem sabe agora para 2020.

No que tange especificamente ao setor industrial, registrou-se recuo de 0,2% no indicador mensal – já com ajuste sazonal – eliminando assim parte do crescimento de 0,3% ocorrido no mês anterior. Mais grave, entretanto, é que o resultado de maio

foi influenciado negativamente pelo desempenho bastante ruim da produção manufatureira (-0,5%), minimizado em parte pela retomada da indústria extrativa (+9,2%) que se recupera das perdas causadas pelo “efeito Brumadinho”. Já no acumulado, de janeiro a maio de 2019, a produção industrial segue no campo negativo com queda de 0,7% e ainda 17,5% abaixo do pico histórico registrado em maio de 2011.

Ainda em relação à indústria, outros indicadores revelam o grave momento do setor. Segundo a FGV, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou em junho para 95,7 pontos, o menor nível desde outubro de 2018, enquanto o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) caiu mais 0,3% no mês, levando o indicador ao patamar de 75% – isto é, as empresas industriais estão com 25% de capacidade ociosa.

Para além destes indicadores, alguns fatos recentes apontam na mesma direção. De acordo com levantamento da Junta Comercial do estado de São Paulo, entre janeiro e maio deste ano foram fechadas 2.325 fábricas instaladas no estado, o maior número em uma década e 12% superior ao número do ano passado. Considerando-se todo o território nacional, diversas empresas de grande porte também encerraram as atividades nos últimos meses ou informaram que pretendem reduzir suas atividades. Pirelli (Gravataí), Ford (São Bernardo), Toyota (Sorocaba), Quaker (RS), Paquetá (BA), Malwee (SC), Britânia (BA), Mercedes (Juiz de Fora), Nestle (RS), Kimberly-Clarke (RS), Mabel (RS), entre outras, anunciaram o fechamento de plantas ou a eliminação de turnos e de milhares de postos de trabalho.

Já o setor de serviços, cuja relevância reside no fato de ser o responsável por sete em cada dez ocupações vigentes no país, registrou estabilidade em maio no comparativo com o mês imediatamente anterior. Com isso, o setor continua em nível 1,1% abaixo do que foi registrado no final de 2018. Entre os segmentos que compõem o setor, os destaques positivos foram os serviços de tecnologia da informação (que cresceram 5,5% nos cinco primeiros meses do ano) e os serviços profissionais e administrativos (+3%). No campo negativo, o destaque foi o segmento de transportes terrestres que em maio estava em patamar 5,6% inferior ao registrado no último mês de dezembro e que guarda forte correlação com o nível de atividade do setor industrial.

Outro dado preocupante apurado pelo IBGE diz respeito ao volume de vendas do comércio varejista, que registrou uma pequena oscilação negativa no mês de maio (-0,1%), a segunda seguida no comparativo mensal, já com ajuste sazonal. Com esse resultado, o varejo acumula um crescimento modesto de 0,7% ao longo dos cinco primeiros meses de 2019. Já no indicador de vendas do varejo ampliado (que inclui o comércio de veículos automotores e de materiais de construção) o resultado apurado foi ligeiramente superior, com um crescimento de 0,2% na passagem de abril para maio.

Por seu turno, a confiança do consumidor medida pela FGV registra uma queda de 96,6 pontos em janeiro

para 88,5 pontos em junho, indicando uma elevação do pessimismo diante do quadro econômico futuro.

Comércio Exterior

O superávit comercial brasileiro que, nos últimos três anos, tem sido um fator importante para a sustentação da demanda agregada no campo positivo, parece perder potência frente ao quadro de desaceleração da atividade econômica mundial. Além das tensões geopolíticas que envolvem o acordo de paz com o Irã e das incertezas associadas ao Brexit – agora turbinadas pela eleição do conservador Boris Johnson para comandar o Reino Unido –, ficam cada vez mais evidentes os impactos contractionistas do acirramento da guerra comercial entre China e EUA, a qual constitui a face mais visível de uma disputa mais profunda em torno do desenvolvimento das novas tecnologias de informação que serão habilitadas com o novo padrão 5G.

Além desses fatores, a continuidade da crise na vizinha Argentina segue deprimindo as exportações de manufaturados, especialmente de veículos automotores, cuja receita em dólares sofreu uma queda expressiva de 46,4% no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado.

De um modo geral, portanto, o comércio internacional passa por um momento de desaceleração com viés de baixa. Segundo levantamento da Carta de Conjuntura da Economia Mundial, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicada no mês de julho, as transações comerciais globais cresceram apenas 0,4% nos quatro primeiros meses de 2019, taxa bastante inferior à registrada no mesmo período de 2018, quando atingiu 4,1%. Diante desse cenário, a previsão de uma retração de nosso superávit comercial vai se consolidando entre os especialistas, com as estimativas sendo revisadas frequentemente para baixo. De acordo com a média das opiniões dos analistas de mercado divulgada pelo Boletim Focus do Banco Central na terceira semana de julho, o país deverá fechar 2019 com um saldo comercial de aproximadamente cinquenta bilhões de dólares, cifra 15% inferior à registrada em 2018 e 26% menor que a de 2017.

Inflação e política monetária

Diante de uma crise profunda e prolongada como a que ocorre atualmente no Brasil é de se esperar que a taxa de inflação oficial se mantenha sob controle, correndo abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central (4,25% a.a.). De acordo com as últimas medições do IBGE, a inflação mensal medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Aplicado (IPCA) permanece próxima da estabilidade. No mês de junho, os preços oscilaram apenas 0,01% e na quadrissemana encerrada na segunda quinzena de julho fecharam em 0,09%. Este quadro se explica, por um lado, pela combinação de fatores depressores da demanda agregada (grande subutilização da força de trabalho - 28,3 milhões de brasileiros, alta capacidade ociosa das empresas, juros altos na ponta e contração das despesas públicas), o que mantém os consumidores brasileiros retraídos e, por outro lado, pela ausência de qualquer choque de oferta mais significativo. Apesar disso e das previsões carentes das estimativas de inflação até dezembro de 2019 (segundo o Focus a inflação anual será de 3,77%), a diretoria do Banco Central ainda não sinalizou claramente qualquer intenção de redução da taxa básica de juros, a qual, entretanto, já é estimada pelo mercado em 5,5% até o final do ano.

Contas Públicas

No último mês de junho, a receita total do governo central alcançou 113 bilhões de reais, um aumento de 0,37% em relação ao mesmo mês de 2018. No acumulado no primeiro semestre do ano o valor chega a 771,3 bilhões de reais, o que corresponde a um crescimento de 0,57% no comparativo com o mesmo período do ano anterior. Já as despesas totais do governo foram de 104,3 bilhões de reais no mês e de 658,4 bilhões de reais no semestre, com quedas de 4,19% e 1,44% respectivamente.

Ou seja, a se manter essa trajetória das contas fiscais, o governo central deverá impor à sociedade brasileira mais um ano de arrocho fiscal, em uma conjuntura que requer justamente o inverso, isto é, a expansão do gasto autônomo do setor público.

A despeito do evidente fracasso da política de austeridade - que completa cinco anos de trágicos resultados - a equipe econômica do atual governo se mantém apegada ao dogma ultraliberal lançando mão de medidas privatizantes para incorporar receitas extraordinárias ao caixa do governo. Além dos 43,7 bilhões de reais devolvidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ao Tesouro Nacional em 2019, apenas nos primeiros duzentos dias de governo Bolsonaro os bancos públicos federais venderam o equivalente a dezesseis bilhões em ativos, parte do que será destinado ao governo central seja como pagamento de impostos sobre ganhos de capital seja como pagamento de dividendos. Como tais recursos não serão utilizados para expandir o gasto governamental, mas antes para evitar a ampliação das necessidades de financiamento do setor público, tais operações tendem a contrair ainda mais o nível de atividade econômica, seja pela retração da capacidade de financiamento dos bancos estatais, seja pela não ampliação do gasto governamental. Considerando que o país vive um quadro de grave queda da taxa de investimento, seja ele público ou privado, chega a ser inacreditável a insistência dos homens de mercado que comandam o Ministério da Economia com um receituário contraproducente como o que está em curso. Para decifrar a razão que lhes serve de guia, as únicas pistas são as manifestações do secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia (sic), Salim Mattar, para quem a venda de ativos dos bancos públicos é uma orientação do governo que não quer “competir com banqueiro”.

FEDERALISMO



Governo anuncia novas medidas que afetam os municípios: mudanças do Programa Mais Médicos, política pública fundamental para garantir o atendimento médico da população, que passará a se chamar “Médicos do Brasil”, e cortes no Censo 2020, que podem trazer dificuldades para o planejamento das prefeituras.

Desmonte do Estado afeta municípios

O programa Mais Médicos foi criado pela ex-presidenta Dilma e pelo então ministro Alexandre Padilha, em 2013, com a participação de médicos e médicas brasileiros com diploma, estrangeiros e brasileiros formados no exterior sem revalidação de diploma, garantindo atendimento médico a milhões de pessoas que não tinham acesso, principalmente nas periferias e cidades distantes dos grandes centros urbanos.

A medida atendia à época a solicitação de prefeito(a)s e suas entidades, uma vez que, apesar de pagar muitas vezes salários altíssimos, as prefeituras das periferias das regiões metropolitanas e as cidades afastadas dos grandes centros urbanos não conseguiam contratar médicos e médicas.

O programa foi viabilizado pelo convênio estabelecido entre o Ministério da Saúde do Brasil e a Organização Panamericana de Saúde (Opas) que possibilitou a vinda de profissionais de saúde cubanos para trabalhar na atenção básica. Em 2015, correspondiam a 63% do total de profissionais do programa.

Dessa maneira, um contingente de 18.240 profissionais originários de Cuba trabalharam em 4.058 municípios (73% dos municípios brasileiros) e 34

distritos indígenas, garantindo atendimento a 63 milhões de pessoas que não tinham acesso ao atendimento médico.

O programa foi altamente exitoso, ampliando o atendimento médico em cerca de 33% e em 32% as visitas domiciliares, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). E garantiu atendimento em regiões que antes não tinham nenhum acesso ao serviço médico. Exemplos não faltam. Na revista feita pela Associação Brasileira de Municípios (ABM) sobre o Mais Médicos, em 2015 houve casos como o do médico cubano Abel Peres, que passava uma semana em um barco para atender uma comunidade quilombola do município de Novo Airão (AM).

Após a eleição de Bolsonaro e suas ameaças a Cuba, a Opas rompeu o convênio e os médicos e médicas cubanos saíram do programa, deixando milhões de pessoas sem atendimento em milhares de municípios. Cerca de oito mil profissionais deixaram o programa.

Desde então, o governo vem abrindo editais para contratar médicos brasileiros e estrangeiros, mas as vagas, além de não totalmente preenchidas, apresentam alto grau de desistência.

Segundo a imprensa, cerca de dois mil profissionais de saúde nascidos em Cuba ficaram no Brasil, mas não podem exercer a medicina e por isso estão buscando ganhar a vida como podem. O governo diz que está vendo formas de contratá-los e já anunciou portaria que permite a cubanos e cubanas que atuaram no Mais Médicos solicitar autorização de residência no país por dois anos, renovável por prazo indeterminado. O Ministério da Saúde disse que está estudando como permitir que voltem a exercer a medicina no Brasil, mesmo o presidente Bolsonaro tendo questionado, após eleito, a qualificação dos médicos e médicas cubanos: "... porque não temos qualquer comprovação de que sejam médicos."

O Deutsche Welle, com dados obtidos no próprio ministério através da Lei do Acesso à Informação, anuncia que 705 municípios continuam sem médicos, deixando mais de seis milhões de pessoas sem atendimento de saúde no país, em função das 2.147 vagas não preenchidas no programa. Esses são os dados do ministério, não de pesquisa nos municípios, o que poderia resultar em dados ainda mais alarmantes, uma vez que há vagas não repostas e desistências não contabilizadas pelo ministério.

A situação dos municípios agrava-se, pois, sem os médicos e médicas do programa passam a gastar muito mais, uma vez que, quando conseguem contratar pagam, muitas vezes, principalmente nas cidades mais afastadas, salários de mais de vinte mil reais, chegando a mais de 35 mil reais mensais, onerando ainda mais os combalidos cofres municipais. Mesmo assim, sem conseguir repor as vagas do programa.

Além disso, o atendimento à população tem pioras visíveis, como a redução de equipes de saúde da família que passaram de 43.735 equipes que atendiam 135.251.320 pessoas, em outubro de 2018, para 42.719 equipes que atendiam 132.305.093 pessoas em maio de 2019, segundo o UOL.

Mudanças vão custar mais, com eficácia duvidosa

Na última semana de julho, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que o governo deve anunciar mudanças no programa, que passará a se chamar Médicos pelo Brasil.

Entre as mudanças anunciadas estão:

- contratação pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e não mais como bolsistas;
- aumento dos valores pagos e diferenciação por região;
- possibilidade de bônus por desempenho;
- necessidade de realização de exames para admissão no programa.

A expectativa é, dessa maneira, aumentar os gastos do governo com o programa.

A mudança será gradativa, na medida em que os atuais contratos do Mais Médicos forem se extinguindo. Portanto, os dois sistemas funcionarão concomitantemente, segundo Mandetta.

Governo muda e piora Censo 2020

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o questionário a ser aplicado no Censo de 2020. O corte anunciado de 25% no orçamento da instituição e a redução do questionário deixaram as prefeituras extremamente preocupadas.

Segundo anúncio, o questionário a ser aplicado em 71 milhões de domicílios conta com nove blocos com 26 questões e o questionário por amostra, a ser aplicado em 7,1 milhões de domicílios, terá dezessete blocos com 76 questões, representando 32% de corte nas 112 questões previstas originalmente. O censo de 2010 teve 34 questões e 110 na amostra.

Para as prefeituras, isso pode representar a perda de dados importantes para a elaboração de políticas públicas e de planejamento. Alguns dos itens que preocupam os prefeitos e prefeitas são:

- retirada de perguntas sobre aluguel pode dificultar o planejamento habitacional. Essa dificuldade não será suprida pela pesquisa amostral, pois ela não permite o desdobramento dos dados por regiões ou bairros;
- a retirada de questão sobre a rede de ensino exclui dados importantes para o planejamento educacional;
- ausência de dados sobre imigração e migração também dificulta o planejamento;

as políticas de emprego e renda terão menos dados com a retirada do quesito número de empregos;

- sem dados sobre a presença de bens de consumo no domicílio, bem como com a redução dos dados sobre rendimentos, que passarão a ser referentes apenas à pessoa e não aos demais membros da família, certamente políticas de redução da pobreza e de transferência de renda sofrerão dificuldades de planejamento;

- o fim da caracterização do entorno da moradia

também concorre para dificultar o planejamento de ações e de políticas públicas por parte das prefeituras.

Os prefeitos e prefeitas têm razões para se preocuparem e, assim, devem pressionar o governo e o IBGE para rever tais cortes, permitindo ao país uma visão melhor sobre si mesmo e às prefeituras acesso a dados fundamentais para seu planejamento.

A ABM está solicitando ao IBGE a revisão desse posicionamento e a retomada do questionário tal qual previsto anteriormente.

TERRITORIAL



A seção aborda aspectos da política ambiental nos governos petistas, Temer e Bolsonaro associados à evolução do desmatamento na Amazônia Legal no período 2004-2019.

Desmatamento na Amazônia Legal

O texto aborda aspectos da política ambiental nos governos petistas, Temer e Bolsonaro associados à evolução do desmatamento na Amazônia Legal no período 2004-2019. Para tal, consideraram-se dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), disponíveis no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

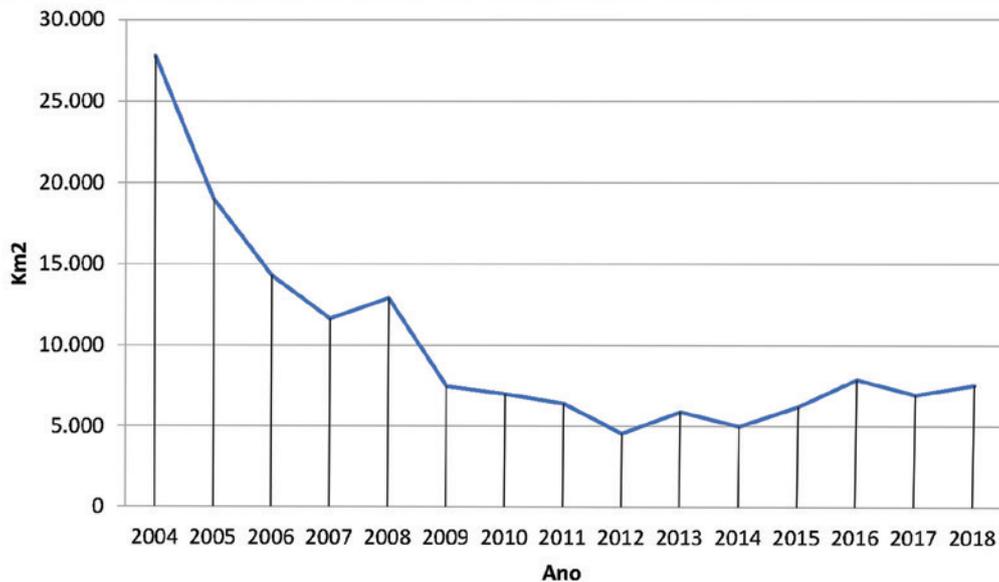
Evolução do desmatamento na Amazônia Legal

O início do governo Bolsonaro foi marcado pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. O avanço do ritmo do desmatamento no período recente veio acompanhado por conflitos sociais pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. O desmatamento vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos

comerciais entre o Mercosul e a União Europeia. O crescimento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando mudanças climáticas e nos distanciando das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris.

O gráfico 1 aponta a evolução do desmatamento na Amazônia Legal. Entre 2004 e 2018, o desmatamento diminuiu seu ritmo ao considerar os dois extremos do período analisado, especialmente entre 2004 e 2012. Em 2004, 27.772 mil km² foram desmatados na Amazônia Legal, em oposição a 7.536 mil km² de floresta desmatados em 2018. Entre 2004 e 2012, houve uma tendência de redução mais acentuada, chegando a 86%.

Nesse período, importantes medidas foram tomadas pelos governos Lula e Dilma para que se conseguisse diminuir o ritmo no desmatamento. Entre elas, especialmente entre 2004-2012, destacam-se a conservação, fiscalização, penas mais duras e restrição de crédito.

Gráfico 1 – A evolução do desmatamento na Amazônia Legal – 2004-2018

Fonte: MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

No quesito conservação, as áreas protegidas na Amazônia aumentaram em 59,6 hectares entre 2003 e 2006. Em 2008, houve um maior rigor na fiscalização dos municípios com área de desmatamento intensa e os proprietários cujas terras foram ilegalmente desmatadas passaram a responder a penas como embargo de atividades e apreensão de bens. Em 2018, a Resolução nº 3.545 do Banco do Brasil passou a estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Entre 2012 e agosto de 2016, ainda no governo Dilma, observaram-se oscilações no ritmo de desmatamento e um grande esforço na condução de uma política de desenvolvimento preocupada com as questões ambientais. Em 2015, houve importante atuação brasileira em torno do Acordo de Paris e da agenda climática internacional, uma vez que a delegação brasileira presidiu o grupo de facilitação das negociações sobre a diferenciação de metas para cada país e teve papel articulador com a África do Sul, Índia e China. Observaram-se também avanços na implantação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e com os compromissos firmados com os Estados Unidos, Alemanha e Noruega em torno do Fundo da Amazônia e do Fundo do Clima.

Nos governos petistas se implantou a política de redução do desmatamento com a elaboração do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, do Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, do Cadastro das Florestas Públicas, bem como mudanças na fiscalização e licenciamento ambiental. No período destaca-se a criação do Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde (Bolsa Verde), uma experiência brasileira relevante de apoio ao extrativismo e desenvolvimento rural, promovendo a qualidade de vida, o acesso e uso dos recursos naturais com conservação ambiental.

Na gestão do Partido dos Trabalhadores também houve melhoria da gestão das Unidades de Conservação nos biomas e do monitoramento da biodiversidade, com destaque para valorização do papel do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF).

No entanto, no governo de Michel Temer ampliou-se de 6.947 km² para 7.536 km² o ritmo do desmatamento da Amazônia Legal, correspondendo a um aumento de 8%, entre 2017 e 2018. No período destacou-se a Lei nº 13.465/2017, que versa sobre alteração na legislação fundiária e que beneficiou a grilagem via expansão da área passível de titulação,

funcionando como uma espécie de anistia aos grileiros de terras invadidas.

O Gráfico 2 mostra a redução da área de floresta desmatada na Amazônia por Unidades da Federa-

ção entre 2017 e 2018. Observou-se que o Acre e Roraima apresentaram um aumento de 73% e 48%, respectivamente. Já Tocantins apresentou uma redução de 19% em igual período.

Gráfico 2 - A evolução do desmatamento nas Unidades Federativas da Amazônia - 2017-2018



Fonte: MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Quanto aos estados, foram observadas pela organização Imazon flexibilização nas legislações fundiárias da Amazônia Legal aprovadas por assembleias estaduais do Amapá (em 2018) e do Mato Grosso (em 2019), ambas favorecendo a grilagem. A Assembleia Legislativa do Pará também aprovou um projeto de flexibilização fundiária, sancionado pelo governador em 8 de julho de 2019. Essa lógica frente ao afrouxamento das leis fundiárias estaduais e federais acontece em pleno cenário de perda da biodiversidade, impactando o enfrentamento das mudanças climáticas e o combate a degradação ambiental.

Iniciado em janeiro de 2019, o governo já oferece preocupações para a conservação da Amazônia Legal devido aos retrocessos na condução da política ambiental brasileira. Bolsonaro vem favorecendo os ruralistas, prejudicando as comunidades tradicionais e afrouxando medidas que foram tomadas por governos petistas para fiscalizar e coibir o desmatamento ilegal.

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 2.407 km² de floresta amazônica foram desmatados entre janeiro e junho de 2019. Nos primeiros quinze dias de julho de 2019, foram mais 1.000

km² de desmatamento na Amazônia, correspondente a um aumento de 68% em relação a julho de 2018.

A divulgação do aumento do desmatamento brasileiro foi recebida como sinal de alerta pelos governantes da União Europeia que discutem o acordo comercial regional com o Mercosul. O presidente declarou que a divulgação dos dados do Inpe prejudica o país, que pretende censurar sua disseminação no futuro, bem como mencionou desconfiar da metodologia de mensuração do desmatamento, mesmo sem conhecê-la a fundo. Entretanto, segundo o Inpe, os números divulgados se baseiam em imagens captadas por satélite e têm precisão superior a 90%.

Na verdade, o dado sobre o avanço do desmatamento é apenas uma consequência da desestruturação da política ambiental brasileira ocorrida em seu governo. Entre os retrocessos da atual gestão, destaca-se a retirada das áreas de serviços florestais e de recursos hídricos do Ministério de Meio Ambiente, a extinção do setor de mudanças climáticas, bem como a frouxidão na fiscalização, a flexibilização das multas por crimes ambientais e uma possível extinção do Fundo Amazônia.

COMUNICAÇÃO



A conduta cada vez mais autoritária e pouco cerebral – sujeita aos humores e afetos – do presidente produziu um coro de críticas de parte da imprensa estrangeira em julho. Nesse período, o ministro Moro foi amplamente questionado e também classificado como vilão pela mesma mídia, algo que não aconteceu com igual vigor na imprensa nacional. Esta preferiu concentrar-se no ataque à indicação de Eduardo Bolsonaro à embaixada brasileira nos Estados Unidos. Na análise das redes sociais, um fato destacou-se: os tradicionais grupos bolsonaristas não se empenharam na defesa do filho O3.

Imprensa estrangeira bate duro em Moro

Ao longo do mês de julho, os jornais estrangeiros apontaram uma série de fraquezas do governo de Jair Bolsonaro e do próprio presidente. Uma das reportagens de maior impacto talvez seja da revista *The Economist*. O texto afirma que Bolsonaro está quebrando a sua maior promessa de campanha, a cruzada contra a corrupção. A revista diz que os brasileiros ainda não perceberam que o “time dos sonhos” no combate à corrupção está falhando. E menciona o processo contra Flávio Bolsonaro como algo que depõe contra o próprio presidente, mas cita o fato de Sergio Moro não ter se posicionado sobre a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, de suspender as investigações. A *Economist* lembra que Sergio Moro está sofrendo um abalo na sua imagem por causa dos vazamentos de conversas que “mostram que ele colaborou concedendo informações para o Ministério Público”.

De fato, a imagem de Sergio Moro está enfraquecida na perspectiva dos jornais estrangeiros. No dia 5 de julho, o *The New York Times* publicou artigo da jornalista brasileira Vanessa Bárbara intitulado “A quem recorrer quando os justiceiros anticorrupção são corruptos?”. Ela critica o fato Moro continuar sendo ministro da Justiça mesmo diante das ilegalidades apontadas.

No mesmo dia, o inglês *The Guardian* apresentou reportagem sobre como Bolsonaro e seus aliados tentavam desacreditar as conversas vazadas, alegando que se tratava de uma ação da esquerda brasileira. O jornal diz que a tentativa deu errado porque a revista *Veja*, um ícone da direita brasileira, passou a também publicar as conversas. O texto ainda cita Reinaldo Azevedo como um conhecido jornalista conservador. O artigo chama atenção para significados que talvez estejam escapando da narrativa política.

No dia 8, o *Guardian* tratou a licença de Sergio Moro como algo fora do comum. O jornal menciona que ele coordenou os procuradores e que, agora, o antes “intocável”, estava “refém do próximo vazamento”. Também em 8 de julho, o *Le Monde* anunciou “a queda de Sergio Moro, o ex-juiz estrela da anticorrupção”. O texto diz que as mensagens mostram que Moro tentou influenciar os procuradores em um movimento ilegal. Dez dias depois, o jornal publicou nova reportagem afirmando que a publicação das mensagens “manchava ainda mais a Justiça brasileira”. O artigo afirma que procuradores e juiz agiram flertando com a ilegalidade e sem ética. Outro trecho afirma que a operação parece ter trabalhado deliberadamente para evitar que o PT voltasse ao governo.

Já no final do mês, em 25 de julho, o inglês *The Guardian* tratou da prisão dos hackers e afirmou que as mensagens que geram polêmica mostram que Sergio Moro orientou os procuradores no processo de corrupção contra o ex-presidente Lula e que a sentença retirou Lula das eleições, o que abriu caminho para a vitória de Bolsonaro.

No mesmo dia, o *New York Times* publicou reportagem sobre o assunto e disse praticamente a mesma coisa, que as mensagens mostram que Moro deu conselhos estratégicos aos procuradores enquanto eles acusavam Lula de corrupção. O jornal nova-iorquino também mencionou que a condenação impediu que Lula fosse candidato abrindo espaço para Jair Bolsonaro vencer.

No dia 26, o jornal português *Diário de Notícias* abordou a portaria 666 editada por Sergio Moro. O texto afirma que o ministro quer deportar Glenn Greenwald. Um dia depois, a *Al Jazeera* publicou reportagem apresentando porque Moro foi tratado como herói e que agora já aparece como um vilão porque manipulou os processos e a opinião pública. A matéria ainda sugere que a mídia brasileira não vai querer se desfazer da narrativa contra a corrupção que criou e alimentou nos últimos anos.

O desmatamento na Amazônia e o posicionamento público de Jair Bolsonaro afirmando que quer censurar novas divulgações de dados pelo Instituto de Pesquisa Espacial (Inpe) também foi objeto de diversas publicações e é outro ponto que toca

em uma fraqueza do atual governo. O inglês *The Guardian* realizou uma investigação em São Félix do Xingu em parceria com o site Repórter Brasil e informou que o desmatamento ocorre por causa do aumento da criação extensiva de gado.

Diversos veículos publicaram os dados de desmatamento, que tem crescido sob o governo Bolsonaro, que desde sempre se apresenta como parceiro do agronegócio e de mineradores, atividades que provocam a morte do meio ambiente. Apesar das conexões óbvias e da postura do presidente, a imprensa brasileira não trata a questão como polêmica.

O jornal português *Diário de Notícias* publicou duas reportagens sobre Bolsonaro. A última foi “Viagem ao incrível mundo dos ‘lives’ de Bolsonaro”, de 27 de julho, que aponta a baixa qualidade das transmissões como símbolo de “austeridade”, mas que é tudo planejado. A outra recebeu a manchete “Bolsonaro faz uma afirmação falsa ou distorcida por dia”. O texto é baseado em análise do site “Aos fatos”. Já o espanhol *El Mundo* afirma que Bolsonaro pratica um evangelismo sincero, mas eleitoreiro.

As características de Bolsonaro que geram desconforto e até espanto nos jornais estrangeiros parecem não ter o mesmo sentido para a maior parte dos jornais brasileiros. O desafio é, justamente, disputar os significados com relação às condutas e práticas de Jair Bolsonaro. Se serão vistas sem críticas ou mais próximo da forma como os jornais estrangeiros o veem.

A indicação do filho à embaixada

A indicação por Jair Bolsonaro de seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), ao cargo de embaixador nos Estados Unidos foi um ato bastante criticado pelos grandes grupos da imprensa nacional e causou estarrecimento na imprensa estrangeira. Eduardo pula a fila deixando para trás pessoas que dedicaram anos e anos aos estudos e ao Estado brasileiro. Especialistas afirmaram aos jornais estrangeiros ser algo vergonhoso. Os editoriais brasileiros caracterizam o fato como capricho, nepotismo, falta de visão estadista e incapacidade para estar na Presidência.

No início do mês, o inglês *The Guardian* mostrou

que a atuação do presidente gera insatisfações na própria direita e ouviu algumas pessoas que demonstraram apoio e agora se mostram arrependidas. A postura de Jair Bolsonaro diante da imprensa estrangeira também provou má impressão. Em coletiva, ele afirmou que está “cumprindo uma missão de Deus”, que não interessa a opinião de outros países sobre a Amazônia, e ainda reiterou a defesa da indicação do filho para o cargo de embaixador.

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou dois textos, um deles bastante contundente em relação ao tema. No editorial “O poder como capricho”, publicado em 16 de julho, classifica a ideia como disparate e afirma que é dever do Senado barrar a indicação de pai para filho, que “avilta o bom senso, menospreza a defesa técnica e qualificada do interesse nacional, transforma o Estado em assunto de família e manifesta, uma vez mais, a dificuldade de Jair Bolsonaro para compreender o que é ser presidente da República, muito diferente de ser chefe de um clã”. O texto destaca o fato de que Eduardo não tem atributos para o cargo e classifica a indicação como um capricho evidentemente despótico, além de apontar que desmerece o país interna e externamente.

No dia 22 o *Estadão* voltou ao tema no editorial “Os impulsos do presidente”, que abre dizendo que Bolsonaro não sabe agir com impessoalidade e, em apenas duzentos dias de governo, houve exemplos em excesso do peso que os afetos e as hostilidades particulares do presidente têm sobre decisões de Estado, que, a rigor, não deveriam ser pautadas pela emoção.

Sobre a indicação de Eduardo ao posto de embaixador no Estados Unidos, o editorial afirma que “tivesse o olhar de um estadista, seria mais fácil para o presidente compreender o quão estapafúrdia é a escolha, por qualquer ângulo que se a analise. Porém, Jair Bolsonaro não vê sua escolha com olhos de estadista, mas com olhos de pai. E é como pai que reage às críticas”.

No editorial “Não é republicano pai nomear filho para embaixada”, publicado em 19 de julho, o jornal *O Globo* aponta que após 130 de República o Brasil volta à Monarquia. “Como se temia, já surge na imprensa estrangeira o termo ‘República de Bananas’ para qualificar o Brasil, que estaria repetindo com-

portamentos típicos de nações latino-americanas atrasadas e subservientes aos Estados Unidos.

O grupo *Folha* manifestou sua posição no editorial publicado pelo jornal *Agora* em 14 de julho, no qual afirma que se trata de um constrangimento a possível nomeação e que governante arrumar emprego para parente – o chamado nepotismo – já é uma das práticas mais vergonhosas da política. “Nesse caso, pouco importa se a lei permite ou não essa nomeação: o mau exemplo está dado”. E observa que Eduardo já foi fotografado com boné da campanha de Trump, o que não combina com a descrição que se espera de um embaixador.

Filho 03 embaixador domina redes sociais

O debate acerca da indicação do filho de Jair Bolsonaro à embaixada brasileira nos EUA surgiu em um momento, digamos, “oportuno” para o governo Bolsonaro: logo após a votação em primeiro turno da reforma da Previdência. Assim, o tema conseguiu, de certa forma, “suplantar” o debate sobre a reforma da Previdência nas redes sociais online.

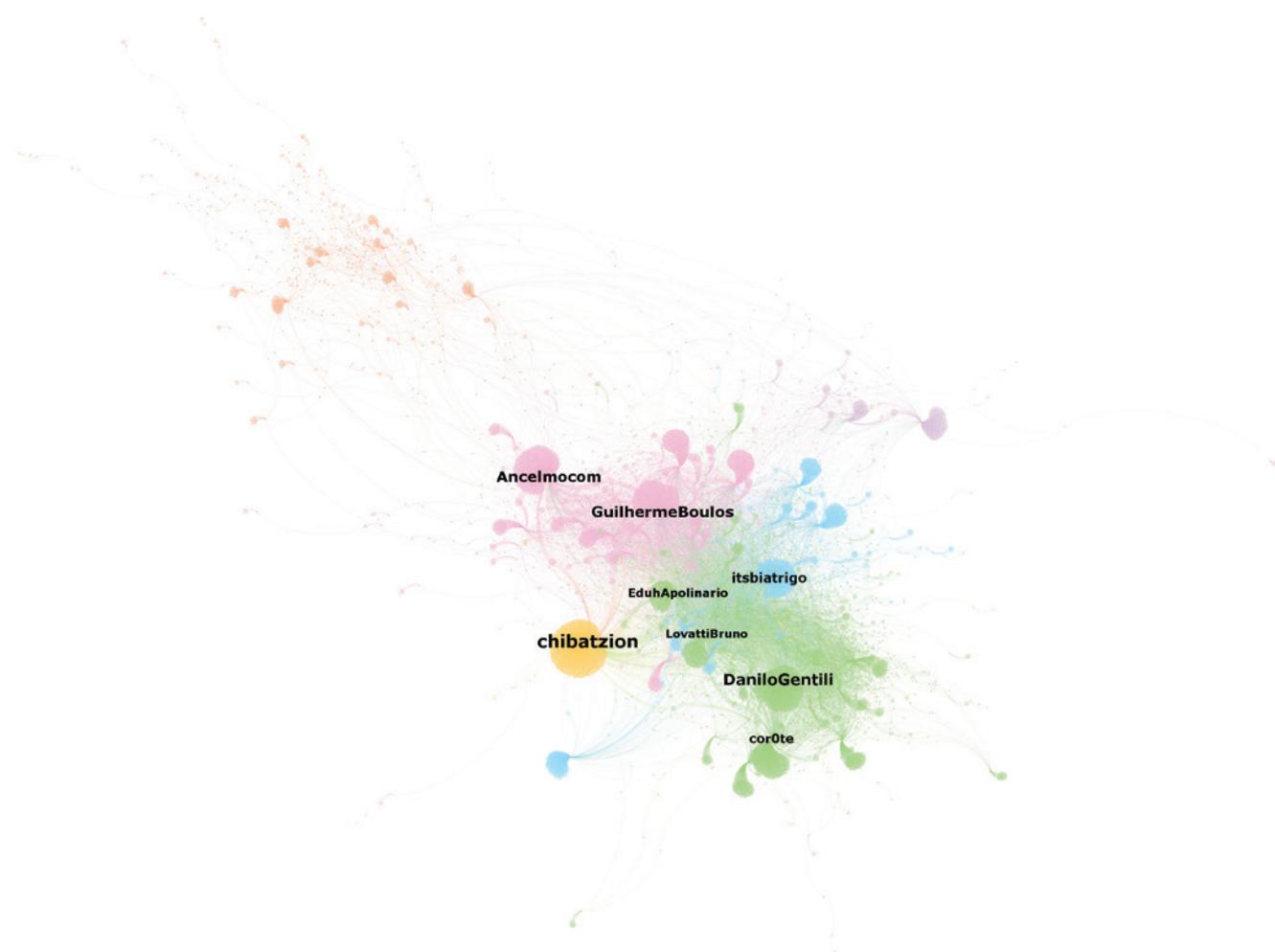
Perfis da rede como GuilhermeBoulos e Ancelcom monopolizaram, ao lado de DaniloGentili e corOte, o debate sobre a questão, marcado por argumentos contra o nepotismo e piadas com relação ao inglês “falado” por Eduardo Bolsonaro.

A análise do Facebook oferece uma noção do impacto da divulgação: no último mês foram 6.626 publicações com 6.2 milhões de interações, com enorme pico no dia 12. Entre as publicações com mais engajamento destacam-se Cirogomessincero (90.8 mil interações), Jornalismotvcultura (70.2 mil interações), Deluccawilliam (68.9 mil interações), Quebrandootabu (66 mil interações), Randolferrigues (54.8 mil interações), Desmascarandooficial (53.4 mil interações) e BBC Brasil (33.4 mil interações). De forma geral, atacam o nepotismo, ironizam fluência na língua inglesa do deputado e questionam o currículo do filho de Jair Bolsonaro.

É importante observar que para além das piadas resultantes da possível indicação, o debate “político” da possível nomeação é marcado por uma ausência de atores da rede bolsonarista defendendo Eduardo Bolsonaro no episódio. Não houve, como

de costume, agrupamentos bolsonaristas mobilizados por ataques à esquerda e em defesa das ações e medidas bolsonaristas, com exceção de alguns -

poucos - usuários com comportamento anômalo, que evidenciaram ações automatizadas de alguns núcleos específicos e sem alcance significativo.



MOVIMENTOS SOCIAIS



A escalada de ataques aos movimentos sociais continua, conjugada com as restrições que atingem os direitos individuais. Ao que tudo indica, a perseguição aos movimentos sociais fica cada vez mais desenvolvida e desinibida. Com uma diferença sutil em relação aos direitos individuais, uma vez que vai se institucionalizando de maneira ampla com o respaldo de formulações jurídicas que lhe dão ares de legalidade e democracia.

A escalada autoritária continua

As duas dimensões do ataque – aos coletivos organizados e aos indivíduos – estão imbricadas especialmente pela mais utilizada justificativa para ambas, a de proteção e garantia dos direitos individuais.

Assim é com o desmonte já efetuado e o ainda pretendido do movimento sindical brasileiro. Não bastassem as mudanças limitantes da atividade sindical já introduzidas pelas novas regras trabalhistas no apagar das luzes de 2018, o governo federal sinaliza nos bastidores que prepara nova rodada de uma reforma sindical.

O cenário para enfrentar mais um ataque dificilmente poderia ser mais adverso que o atual. A grave crise econômica, a rede pública de proteção social em constante queda de padrão de qualidade e alcance, o desemprego profundo e o quadro de desregulamentação do mercado de trabalho, onde predominam os empregos de baixa remuneração e alta rotatividade, desfavorecem, numa etapa em que parte da opinião pública afetada ainda guarda esperanças

e outra se sente amedrontada ou desamparada, a organização de movimentos reivindicatórios.

Outro obstáculo à resistência organizada é o reiterado discurso, do governo e da mídia convencional, de que as mudanças que se quer aplicar no movimento sindical cooperarão para maior liberdade individual e fim de estruturas obsoletas que pesariam negativamente sobre o ritmo de desenvolvimento do país e das pessoas. Enquanto convencer parte significativa do senso comum, como atualmente, o trator bolsonarista sente-se à vontade para avançar rumo ao atraso.

Sabe-se desde já, inclusive por notícias veiculadas pela imprensa, pontos que o governo pretende alterar na estrutura sindical. Ao sinalizar a proposta de extinguir a unicidade sindical, aponta o fim da base de representação atual, que exige ao menos a abrangência de um município de atuação para que o sindicato possa organizar e negociar em nome de categorias ou grupos profissionais. Tal medida pode significar a cria-

ção da figura do sindicato por empresa, ampliando a já grande pulverização das entidades.

Entre os resultados práticos dessa pretendida mudança – defendidas, novamente, com o argumento da maior possibilidade de escolha individual – pode-se destacar a criação de sindicatos ainda mais débeis, com maior probabilidade de controle dos empregadores sobre o processo de escolha de lideranças trabalhistas e ingerência nos rumos das negociações e na organização de greves ou protestos.

Outro risco, este muito próprio aos tempos que correm, é a cooptação dessas entidades por grupos do crime organizado, como as milícias. Sindicatos pequenos e com área geográfica restrita seriam mais vulneráveis a esse tipo de influência ou até mesmo domínio.

O fim da obrigatoriedade de participação dos sindicatos nas negociações entre empresas e trabalhadores e trabalhadoras, já tentado, sem sucesso, na chamada reforma trabalhista de Temer, é outro dos pontos aventados pelo governo no pacote que quer apresentar ao Congresso sob o rótulo de reforma sindical.

Só essas duas medidas já teriam potencial explosivo mesmo contra sindicatos fortes, com base consolidada. Tome-se como exemplo uma grande entidade sindical do setor industrial: caso aprovada a representação por empresa, seria obrigada a se fragmentar em tantas quantas fosse o número correspondente de empresas situadas em sua base de atuação.

No caso das pequenas e médias empresas, maioria absoluta no mercado – taxas superiores a 90%, oscilando se o critério de classificação for fiscal ou número de pessoas empregadas, segundo o Cadastro Geral de Empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – a sindicalização atomizada pode aprofundar os efeitos negativos sobre o movimento trabalhista organizado.

Em busca de alternativas ao ataque que muito provavelmente virá, expectativa que cresce após o governo ter alcançado placar elástico na aprovação das mudanças previdenciárias em primeiro turno na Câmara Federal – apesar do bloqueio de alguns pontos do projeto, como a capitalização –, as centrais e os sindicatos filiados voltam a se reunir para debater a reorganização de sua estrutura e assim consolidar

propostas para fazer frente ao projeto em gestação na Esplanada dos Ministérios e no Alvorada.

Com esse objetivo, na penúltima semana de julho foi realizado encontro em conjunto pela Fundação Friedrich Ebert e Instituto Trabalho, com participação da Fundação Perseu Abramo e de representantes da CUT. Além desse debate, as centrais já discutem internamente e entre si propostas para impedir maior enfraquecimento.

Importante registrar que o tema foi debatido ao longo de meses, entre 2004 e 2005, mas em outro contexto, bem mais promissor. Em longas rodadas de negociação, representantes dos sindicatos, do empresariado e do governo sentaram-se à mesa e formularam, por consenso, uma alentada proposta de reforma sindical, enviada ao Congresso em maio de 2005, pouco antes da eclosão da crise política por conta da ação penal 470. Gestado em outra conjuntura, aquele projeto defendia, inclusive, o fim da unidade sindical, hoje considerado risco. Neste ponto, por exemplo, regras de transição garantiriam que mudanças não representassem morte súbita para os sindicatos. Aquela reforma sindical, que ficou parada no Congresso, previa a construção, com datas pré-determinadas para entrar em vigor, de mudanças como o fim do imposto sindical. Um dos argumentos usados para as propostas era maior liberdade dos trabalhadores e maior incidência de suas ideias sobre as decisões das entidades.

Prendo e arrebeno

Em manifestação bastante semelhante aos tempos de ditadura formal no Brasil, o presidente eleito brindou a nação, no dia 29 de julho, com uma ameaça ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz: “Um dia, se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, conto pra ele”. A declaração foi dada a jornalistas quando o mandatário comentava a conclusão do inquérito contra Adélio Bispo, o personagem da famosa facada em Juiz de Fora. Ao criticar a atitude da Ordem que, durante o inquérito, segundo ele, teria impedido a invasão do telefone de um advogado de Adélio, disparou o comentário, em tudo assemelhado a uma ameaça.

Nesse contexto de desinibição cada vez maior do autoritarismo, o presidente também desqualificou as evidências de que o índio Emyra Waiãpi tenha sido assassinado no Amapá, resultado de conflito cada vez mais intenso – e estimulado pelo presidente – entre os povos originários e garimpeiros naquela região. Naquele mesmo 29 de julho, a Organização das Nações Unidas (ONU) posicionou-se contra o projeto presidencial de abrir as terras indígenas ao garimpo desenfreado e pediu investigação isenta da morte de Emyra.

As declarações de Bolsonaro contra a memória do pai de Fernando Santa Cruz, desaparecido durante a ditadura, foram rechaçadas duramente por diferentes entidades, de diversas tendências políticas.

Enquanto isso, a militante da luta por moradia Preta Ferreira segue há mais de um mês presa em São Paulo, acusada de crime de extorsão, como foram tipificadas, pelo juiz que ordenou o encarceramento, as contribuições de moradores de ocupações e

assentamentos em prédios urbanos.

Em entrevista concedida à TVT em julho, Preta acusou a Justiça de associá-la ao desabamento de prédio abandonado no centro de São Paulo, em maio de 2018, sem que ela jamais tenha feito parte daquela ocupação. “Eles misturaram vários movimentos que não têm nada a ver. Misturou Ananias que eu nunca vi na vida. Misturou MSTC com o prédio do Payssandú, mentira. Não posso pagar o preço de uma coisa que não tenho nada a ver. O prédio caiu, investigue. Tem esse homem foragido, por quê?”, disse, em referência a Ananias Pereira dos Santos, apontado como principal líder da ocupação do prédio que desabou e que segue em liberdade.

Assim, o governo federal segue sua ação articulada para sufocar os movimentos sociais. No dia 13 de agosto, data marcada para greve nacional dos trabalhadores em educação, nova chance de levar para as ruas o protesto contra os abusos.



F U N D A Ç Ã O

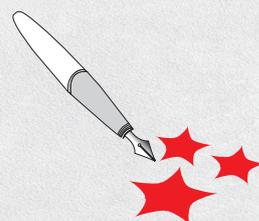
Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Antonio Carlos Carvalho (advogado); William Nozaki (cientista social); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Sergio Honório (engenheiro); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Luana Forlini (internacionalista); Jordana Dias Pereira, Matheus Toledo e Vilma Bokany (sociólogos); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais) e Eduardo Tadeu Pereira (historiador). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 30 de julho de 2019.

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br